

ASPECTOS CONCEITUAIS DA RELAÇÃO GUERRA, POLÍTICA E GUERREIROS E O SEU IMPACTO PARA O EMPREGO DO PODER MILITAR NA ATUALIDADE

Alexandre Cursino de Oliveira*

RESUMO

As guerras acompanham o homem há muito tempo e tiveram diversos significados, referenciais teóricos e várias historicidades para os homens que a viviam e os teóricos que procuravam compreendê-la como um fenômeno. O Brasil ingressa no século XXI com a publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END) e da Política Nacional de Defesa (PND) permitindo uma reflexão, de forma ímpar, sobre a perspectiva do Estado brasileiro a respeito do assunto. Este artigo tem como propósito refletir sobre a interação e as transformações dos aspectos conceituais referentes à guerra, a política e os guerreiros e identificar as perspectivas presentes nos atuais documentos norteadores da área de Defesa no Brasil. Questionar-nos-emos se há entre eles um aspecto causal ou relacional, avaliando desde os primórdios da formação do Estado Nação até a nossa contemporaneidade, e utilizaremos as concepções de guerra presentes nas obras de Carl Von Clausewitz, John Keegan, Michel Foucault e Philip Bobbitt para a análise de uma pesquisa bibliográfica e documental a respeito do tema. Não haveria necessariamente uma primazia de uma gênese de falência da ação política do Estado contra outro Estado como causadora do fenômeno da guerra. Observaremos que, na atualidade, a política, a guerra e os guerreiros possuem uma perspectiva simultânea e relacional na sua concepção conceitual, e suas transformações constituem-se de fundamental importância para a reflexão dos formuladores de políticas sobre novos paradigmas e a atualidade dos preceitos contidos em suas estratégias de emprego do poder militar.

Palavras-chave: Guerra. Política. Guerreiros. Poder.

* Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia Aeroespaciais, Universidade da Força Aérea (UNIFA). Graduação em História (UNB). MBA em Gestão Empresarial (COPEAD). Curso de Gestão Política e Defesa (IBMEC).

ABSTRACT

The war follows the man a long time ago and had many meanings, various theoretical frameworks and several historicities to the men who lived it and the theorists seeking to understand it as a phenomenon. Brazil enters the twenty-first century with the publication of the National Defense Strategy and National Defense Policy allowing the reflection, in a unique way, about the perspective of the Brazilian State in this matter. This article aims to think over the interaction and transformations of the conceptual aspects related to war, politics and the warriors and identify prospects presented in the current guiding documents of the Brazilian Defense. Shall question us if there is among them a causal or relational aspect, evaluating since the beginning of the formation of nation-state to our times, and we will use the concepts of war in the works of Carl Von Clausewitz, John Keegan, Michel Foucault and Philip Bobbitt for the analysis of a bibliographical and documentary research on the subject. Not necessarily would be a primacy of a genesis of bankruptcy of policy action by the state against another state as a cause of the phenomenon of war. We note that, currently, politics, war and warriors have a simultaneous and relational perspective in its conceptual design, and their transformations are to be of fundamental importance for the reflection of policy makers about new paradigms and update precepts contained for strategies to be used in military power.

Keywords: *War. Politic. Warriors. Power.*

INTRODUÇÃO

“A guerra é a essência humana, um ato criativo do homem civilizado. Animais não entram em guerra.”

Philip Bobbitt

As transformações nos aspectos conceituais referentes à guerra constituem-se de fundamental relevância e importância para a percepção dos formuladores de políticas de defesa no que concerne aos paradigmas presentes nas suas próprias contemporaneidades e contribuem para a reflexão sobre a atualidade dos preceitos contidos em suas estratégias de emprego do poder militar. As guerras acompanham o homem há muito tempo e, assim como será Helena em Tróia para os homens, Afrodite foi o motivo da rivalidade entre dois deuses gregos. Era pelas mulheres que, então, se acreditava lutar ou ir à guerra.

Na sua clássica obra póstuma *Da Guerra*, Clausewitz estabelece um axioma que permeará as mentes de várias gerações de pensadores sobre a ocorrência de um fenômeno humano: a guerra é a continuação da política por outros meios. Mas, com o final, do que alguns historiadores denominam a grande guerra (1914 a 1945), alguns pensadores como John Keegan, Michel Foucault e Benedict Anderson, começaram uma reflexão sobre a natureza da guerra, a adequabilidade da manutenção de uma perspectiva do protagonismo dos Estados na arena dos conflitos internacionais e a construção do nacionalismo, fenômeno político cerne para a compreensão da nossa modernidade.

Já ao final do século XX, Phillip Bobbitt apresenta assomos de que o modelo de ordem constitucional consagrado no âmbito das relações internacionais, o Estado-Nação, começa a dar indícios de um possível esgotamento e uma importante alteração do viés causal para explicar o fenômeno da guerra como falência da ação política-diplomática do Estado para outra visão, extremamente inquietadora, de procurar compreender relações para a ocorrência das guerras, as mudanças nas ordens políticas-constitucionais e os paradigmas estratégicos.

O Brasil inicia o século XXI com uma nova abordagem para a defesa do país com a publicação de importantes doutrinas para o emprego do seu poder militar: a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa. Esses documentos permitem uma reflexão, de forma ímpar, sobre a perspectiva do Estado brasileiro para a interconexão entre a política e a guerra e a participação dos guerreiros neste fenômeno humano.

Este artigo objetiva avaliar os aspectos conceituais sobre o fenômeno da guerra, a partir das mudanças estruturais advindas com a Revolução Francesa, e refletirá sobre o seu impacto para o emprego do poder militar na atualidade, em especial como eles se apresentariam no contexto brasileiro.

REFLETINDO SOBRE OS ASPECTOS CONCEITUAIS RELACIONADOS À GUERRA

Entendemos que refletir sobre a guerra na temporalidade escolhida, pós-Revolução Francesa, sem considerar os conceitos e aforismos de *Da Guerra*, de Carl Von Clausewitz, uma referência inconteste para todos os que estudam o tema, seria se afastar da busca de uma *σοφία* (sabedoria) sobre o assunto.

O oficial prussiano, que lutou ao lado dos russos contra aqueles que ao mesmo tempo desdenhava e admirava, os franceses, percebeu a evolução dos acontecimentos que ocorriam nas esferas social e política para a condução de fenômeno da guerra. Rapoport afirma que "Clausewitz conseguiu apreender todo o significado das lições de Napoleão, dado o seu espírito militar. Por espírito militar entenda-se o que aceita a guerra como um componente essencial, produtivo e inspirador da existência humana (...)" (CLAUSEWITZ, 1979: 15).

Percebemos sua total imersão com a conjuntura europeia de construção da nação-Estado: um Estado que mobiliza uma nação – um grupo nacional étnico-cultural – para agir em benefício do Estado (BOBBITT, 2003: 135 e 136), pois, no prefácio redigido pelo próprio prussiano em sua obra, ele diz que "(...) nunca se esquivou às conclusões filosóficas; mas quando viu o fio adelgaçar-se exageradamente, preferiu quebrá-lo e uni-lo aos fenômenos que correspondem à experiência" (CLAUSEWITZ, 1979: 15).

Conceitualmente, todo esse contexto pode ser resumido no famoso aforismo clausewitziano para compreender a temporalidade diacrônica e o propósito de um fenômeno que o teórico prussiano definia como “*um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade*”: “A Guerra é a continuação da política por outros meios”. (CLAUSEWITZ, 1984: 91)

A experiência obtida na prática e na reflexão sobre as lutas contra a *Grande Armée* iria balizar todo o seu pensamento e seria representativa das transformações por quais passariam exércitos e sistemas políticos por vários anos. Clausewitz era um pensador de seu tempo, sua vivência estava inserida em uma época na qual surgia uma nova composição de forças, que iria além dos príncipes e sua busca por territórios, empregadas em maneiras que imprimiam mais velocidade à sequência das ações no campo de batalha.

Na carta redigida a sua esposa, Maria Von Clausewitz, em 1816, ele expressa sua opinião que sua obra era a essência “(...) daquilo a que se chama estratégia” (CLAUSEWITZ, 1979: 63). Sua obra já não se restringia ao conceito de *στρατηγική* (estratégia) dos gregos e as *polis*. Suas expectativas eram oriundas da reflexão sobre um novo horizonte surgido das façanhas de um general que colocava os seus concidadãos em prol da defesa de um Estado e da expansão das ideias que os tinha unido em prol desse, bem como estabelecia a guerra como norteadora de suas relações com os demais atores europeus. Nesse novo horizonte, as estratégias moveriam os estados e suas nações. Para Clausewitz, eram sobre eles que os exércitos e a motivação para a guerra estariam, a partir de então, sedimentados.

Por sua vez, a arena de batalha vivenciada por Clausewitz incorporava inovações estratégicas que manifestavam as mudanças no cenário político interno francês e que, mesmo depois da derrota de Napoleão, foram absorvidas pelas estruturas estatais dos seus inimigos. Prussianos, austríacos, russos e britânicos, os dois últimos mais tardiamente, incorporaram a *Levée en masse* (recrutamento militar, transformação política e social que propiciou exércitos maiores), a divisão dos exércitos em unidades autônomas e autossuficientes para uma manobra de penetração convergente para um ponto único e a substituição da linha, cuja ênfase era no fogo defensivo, pela coluna ofensiva, com prioridade no choque. Esse era o espaço de experiência de Clausewitz.

Seria justamente na unificação alemã que verificaríamos o ápice desse processo que ocorria no ocidente durante o século XIX. Medidas como a universalização do recrutamento, com nobres e plebeus em um mesmo processo; a ligação entre os objetivos da guerra e sua realização estratégica – um elo sintetizado no conceito do elemento “moral” da guerra; o emprego das táticas abertas pela tecnologia da Revolução Industrial (telégrafo, ferrovias e armamento de maiores alcances); e a manobra por fora dos flancos em uma sequência estratégico-operacional contínua, dentro de uma iniciativa que envolve o exército inimigo e o destrói em uma batalha decisiva, são exemplos das revoluções estratégicas e táticas ocorridas oriundas da formação dos Estados Nacionais, na segunda metade oitocentista. Nesse sentido,

quanto maior o senso de participação nas questões do Estado, mais este era visto como uma encarnação dos sistemas de valores únicos e mais elevados que o engendravam e maior era o compromisso com a sua proteção e serviço. (HOWARD *apud* BOBBITT, 2003: 177)

Ao comentar sobre a influência de Clausewitz, Michael Howard nos alerta que:

Se o Século XIX havia dado ênfase aos ensinamentos de Clausewitz sobre as forças morais, os leitores na metade do Século XX viriam a se concentrar - talvez igualmente em excesso - em sua ênfase na supremacia do propósito político. (...) não deve ser esquecido que Clausewitz era um soldado escrevendo principalmente para soldados, que ele via a continuação da guerra como sendo algo natural e inevitável e que os seus ensinamentos eram destinados a sucessivas gerações de patrióticos alemães lutando por sua terra natal - não a políticos mundiais conduzindo a política internacional numa era de fatura nuclear. Não devemos ler coisas demais em Clausewitz, nem devemos esperar dele mais do que pretendeu dar. (CLAUSEWITZ, 1984: 45 e 47)

Entendemos que Howard, sem tirar a importância dos ensinamentos de uma das mais conhecidas obras sobre a guerra, aponta a necessidade de que reflitamos se é adequada uma aplicabilidade pura e direta de seus conceitos, modelos e paradigmas em historicidades e contextos que já não são os mesmos do nobre oficial prussiano. Poderíamos permanecer discutindo os métodos de abastecimento de uma forma como a de Clausewitz, que não os considerava como possível de surgir de um verdadeiro conceito de guerra? Haveria ainda uma caracterização metafísica de supra realidade ao protagonismo das ações políticas do Estado como origem de um fenômeno humano? Seria adequado na era do conhecimento ainda afirmar que “a própria guerra é qualquer coisa, menos humana”? (CLAUSEWITZ, 1984: 393) Isso seria plenamente compreensível no seu contexto histórico de ápice das mudanças com o novo tipo de Estado e de maneiras de pensar e fazer a guerra gerada pela revolução francesa. Entretanto, entendemos que na nossa contemporaneidade, a manutenção de uma perspectiva estritamente *estatocêntrica*, como designado por Thiago Rodrigues, inibe uma percepção mais holística e plural para a formulação de estratégias que permitam a preparação do próprio Estado e de seus guerreiros frente aos seus antagonistas de hoje.

O distanciamento desse modelo de estrita análise *estatocêntrica* é também buscado por Michel Foucault ao analisar o fenômeno da guerra:

Je crois en effet – et j’essaierai de le démontrer – que le principe selon lequel la politique, c’est la guerre continuée par d’autres moyens était un principe bien antérieur à Clausewitz, qui a simplement retourné une sorte de thèse à la fois diffuse et précise qui circulait depuis le XVIIe et le XVIIIe siècle. Donc : la politique c’est la guerre continuée par d’autres moyens. (FOUCAULT, 2002: 35)

Percebemos que Foucault aponta para um “esquecimento” da perspectiva de um discurso filosófico-jurídico para compreender a guerra em prol de um discurso histórico-político, fundado a partir do século XVII para explicar uma realidade que seria marcada pela

“le triple préalable de la loi, de l’unité et du sujet – qui fait de la souveraineté la source du pouvoir et le fondement des institutions” (FOUCAULT, 2002: 35). Entretanto, para o filósofo francês o âmbito cognitivo do fenômeno é anterior à *estatização* da guerra e está ligado a questionamentos epistemológicos do seu valor para a análise das relações de poder e como matriz de técnicas de dominação.

Já dentro de um contexto pós-2ª Guerra Mundial e ao procurar responder o que é a guerra, John Keegan também argumenta que ela não apenas é a continuação da política por meios. Para ele, os habitantes da ilha de Páscoa e os ianomâmis já praticavam a guerra para propósitos de relação de poder mais básicos e necessários à sua própria sobrevivência. Segundo esse autor, para o pensamento de Clausewitz

(...) a guerra era a “continuação das relações políticas” (*des politischen Verkehrs*) “com a entremistura de outros meios” (*mit Einmischung anderer Mittel*). O original alemão expressa uma ideia mais complexa e sutil que a tradução mais frequentemente citada. Nas duas formas, no entanto, o pensamento de Clausewitz está incompleto. Ele implica a existência de Estados, de interesses de Estado e de cálculos racionais sobre como eles podem ser atingidos. Contudo, a guerra precede o Estado, a diplomacia e a estratégia por vários milênios. A guerra é tão antiga quanto o próprio homem e atinge os lugares mais secretos do coração humano, lugares em que o ego dissolve os propósitos racionais, onde reina o orgulho, onde a emoção é suprema, onde o instinto é rei. (KEEGAN, 1995: 19)

Ao analisarem a natureza da guerra, Souza *et al* identificam uma oposição entre uma visão sobre ela como um fenômeno eminentemente político, cujo principal pensador foi Clausewitz no século XIX, e a de um fenômeno cultural, com sua principal defesa por Keegan no século XX. Para os autores, Keegan se afasta da visão clássica da subordinação pela força de outro ator estatal na arena das relações internacionais e utiliza pincéis que iluminam outros elementos, tais como o antropológico, o sociológico e o psicológico para a fenomenologia do processo dos conflitos. Entendemos que se acrescentarmos a perspectiva filosófica de Foucault de uma existência anterior à *estatização* da guerra, cujo cerne é as disputas pelo poder

em diversos níveis de interação humana, poderemos verificar que, na nossa contemporaneidade, não seria necessário ter uma visão antagônica ou exclusivista, mas complementar e transdisciplinar, a fim de possibilitar mecanismos que permitam compreender mais integrada e integralmente, política e culturalmente a ocorrência do fenômeno da guerra.

Ignorar que a guerra possui um componente filosófico ou antropológico como umas de suas motivações seria descartar a participação do guerreiro na sua própria condução ou execução. Acreditamos que para nós, e também para Clausewitz, essa não era uma problematização a ser formulada. Destacando que os homens lutam desde a idade da pedra, Keegan ressalta que: “Os historiadores militares seriam melhores historiadores se dedicassem a refletir sobre que faz um homem matar o outro” (KEEGAN, 1995: 95).

Nesse sentido, observemos o aspecto apontado por Benedict Anderson para compreendermos o nascedouro do fenômeno político nacionalismo: “Um americano nunca vai conhecer, e nem sequer saber o nome, da imensa maioria de seus 240 milhões de compatriotas. (...) Mas tem plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea deles”. (ANDERSON, 2008: 57)

Considerando que “a condição nacional [*nation-ness*] é o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos, (...) no mundo moderno, todos podem, devem e hão de “ter” uma nacionalidade (...)” (ANDERSON, 2008: 28), verificamos que a relação de experiência de Clausewitz com as guerras com Napoleão e sua expectativa para a consecução dos objetivos políticos das nações perpetuou-se e concretizou-se por todo o século XIX e culminou, já dentro de um contexto dos Estados Nação¹, com as guerras da primeira metade do século XX. Na sua obra, Anderson, guardando um espírito antropológico, define a nação como

(...) uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é *imaginada* porque mesmo os membros das mais minúsculas das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. (ANDERSON, 2008: 32)

¹A nova estrutura institucional construída, a partir da segunda metade do século XIX, baseada na inter-relação entre legitimidade, nacionalismo popular e autodeterminação (BOBBITT, 2003: 180)

Anderson identifica nos monumentos aos soldados desconhecidos o símbolo “mais impressionante da cultura moderna do nacionalismo”. Os túmulos, segundo ele, “sem almas imortais nem restos mortais identificáveis dentro deles estão carregados de imagens *nacionais* espectrais. (...) A maneira de um homem morrer geralmente parece arbitrária, mas a sua mortalidade é inevitável.” (ANDERSON, 2008: 35 e 36). Observamos, assim, a relação física e subjetiva da figura do guerreiro com os desígnios do oferecimento da própria vida, o valor ocidental mais significativo, durante uma guerra para a defesa do grupo a qual pertence, mas que ele não o conhece em sua totalidade, assim como todos os seus interesses políticos e culturais.

Monumentos como o Cemitério Nacional de Arlington ou o Arco do Triunfo, com as suas tumbas dos soldados desconhecidos, permanecem sendo cultuados como representativos desses homens que colocaram suas vidas em prol da defesa dos valores que os ligam aos demais membros de seu grupo nacional. No sítio oficial do cemitério, sua missão é o claro significado da relação dos soldados americanos para com seus compatriotas:

On behalf of the American people, lay to rest those who have served our nation with dignity and honor, treating their families with respect and compassion, and connecting guests to the rich tapestry of the cemetery's living history, while maintaining these hallowed grounds befitting the sacrifice of all those who rest here in quiet repose.²

Na história da segunda metade do século XX, que ainda pode ser pensada ainda como de um tempo presente, “a Guerra Fria foi para a URSS, primordialmente uma guerra contra seus satélites, e, para os EUA, uma guerra contra o Terceiro Mundo. (CHOMSKY, 2003: 45 e 46). Segundo o autor, a desintegração do regime comunista tomou

(...) a forma de conflitos étnicos e guerras civis políticas nas repúblicas (como no caso da Geórgia) ou entre elas (por exemplo, o Azerbaijão contra a Armênia). O nacionalismo não foi apenas a expressão da identidade étnica coletiva. Foi a forma predominante assumida pelo movimento democrático em toda a União Soviética e sobretudo na Rússia. (CASTELLS, 1999: 77).

² Disponível em: <http://www.arlingtoncemetery.mil> Acesso em: 17 Jul 2014.

Por sua vez, ao refletir no prólogo de sua obra sobre a relação entre inovação militar e mudança na ordem constitucional para uma análise sobre o declínio do Estado-Nação e a ascensão do que denominou como Estado-Mercado, Philip Bobbitt parte do princípio que “*cada uma das importantes revoluções da organização militar possibilitou uma revolução política na ordem fundamental do Estado*” (BOBBITT, 2003). Assim como na inversão apontada por Foucault, entendemos que há nessa perspectiva uma importante alteração de um viés causal para explicar o fenômeno da guerra como falência da ação política-diplomática do Estado para outra visão, extremamente inquietadora, de procurar compreender relações que envolvem o mesmo acontecimento e estabelecer que após as guerras momentosas, como designado por Bobbitt, há mudanças nas ordens constitucionais e paradigmas estratégicos. Para Bobbit:

O modelo causal que esses acadêmicos têm em mente, segundo o qual inovação estratégica impõe a mudança constitucional – ou às vezes o oposto – tende a obscurecer o fato de que o elo entre os dois fatores não é o de ordem apenas causal, mas relacional.” (BOBBITT, 2003: 162)

Seja pelo fato da Organização das Nações Unidas (ONU) ter sido ignorada na guerra de Kosovo, ou pela hesitação de alguns Estados em utilizar seus soldados e instituições, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no conflito da Bósnia em face da fragilidade da relação desse emprego com o próprio princípio de autodeterminação e soberania, ou ainda, na incapacidade para respostas perenes às crises econômicas, como a europeia em 2008, indicaria, segundo aquele autor, não uma morte do Estado, mas um contexto de mudança na sua finalidade de defesa, em um bojo da “expansão de um regime econômico mundial que ignora as fronteiras na movimentação de investimentos de capital impede os Estados de administrar nacionalmente seus problemas econômicos.” (BOBBITT, 2011). Alie-se a isso, o apontado por Martin Wolf para que “a globalização solapou os valores coletivistas representados pelo Estado-Nação e concentrou as atenções no benefício dos indivíduos” (BOBBITT, 2003: 445).

Bobbitt representa de maneira gráfica o seu entendimento sobre a relação entre as guerras, as inovações históricas estratégicas e constitucionais:

As Guerras Momentosas



Inovações Históricas, Estratégicas e Constitucionais



Ao refletirem sobre uma *Guerra além dos limites*, Liang e Xiangsui propõe que:

As guerras futuras terão, com mais frequência, certos tipos de hostilidades como, por exemplo, a guerra financeira em que uma nação poderá ser subjugada, sem que ocorra derramamento de sangue. Pense um pouco sobre isso! Quais teriam sido as consequências desastrosas para as economias de Hong Kong e até mesmo da China se a batalha de agosto de 1998 para proteger as finanças de Hong Kong, tivesse sido perdida? Tais situações são possíveis de ocorrer e se não tivéssemos o colapso do mercado financeiro da Rússia que a colocou sob ataque por todos os lados de especuladores financeiros. E difícil prever quais teriam sido as consequências". (LIANG e XIANGSUI, 1999: 249)

“Se tivermos em mente a Guerra Fria histórica, e não o constructo ideológico, sabemos que não é verdade que ela tenha terminado. Antes, talvez esteja semiencerrada; Washington continua a jogar como antes.” (CHOMSKY, 2003: 46). Nesse contexto, ainda podemos pensar na mesma relação entre a guerra, a política e os guerreiros em conflitos como os do Balcãs, da Chechênia ou do Iraque, por exemplo, ou ainda no que acompanhamos em território sírio? Já não mais em uma guerra total do século XX, mas em uma comunidade planetária no século XXI, essa relação poderia ser refletida, utilizando Keegan, com soldados lutando contra fanáticos éticos, déspotas regionais, intransigentes ideológicos, saqueadores comuns e criminosos organizados internacionais em um estilo que não pode mais derivar apenas do modelo ocidental de guerrear? Como refletir sobre a atuação e legitimidade do Estado no sistema de segurança coletiva pós-2ª GM? Estaríamos ainda dentro de um contexto de declarações formais de guerra, com soldados lutando apenas contra outros nacionais? Os soldados permaneceram sempre lutando em arenas decorrentes de conflitos entre Estados que projetavam suas capacidades industriais em prol de interesses políticos nacionais? Bobbit e Keegan identificam o advento das armas nucleares como a superação do estilo de guerra total que caracterizava o Estado-Nação. Assim,

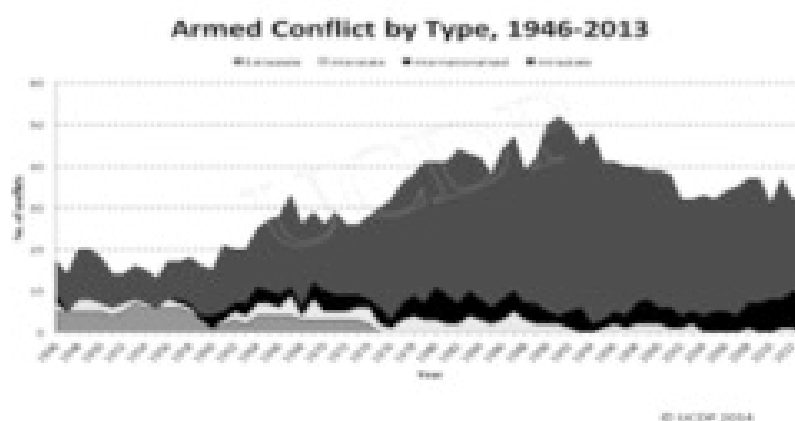
no espaço de quinhentos anos, ele [o mundo industrial] avançara da prática de uma forma de hostilidade internacional em que o dano possível estava limitado ao provocado pelo poder do músculo humano e animal, via um interlúdio em que a energia química suplantou e intensificou esse poder, mas não o transcendeu psicologicamente, para um estado de coisas involuntário no qual a prática da hostilidade, com os objetivos, que a teoria militar dominante estabeleceu como adequados e corretos, destruiria a Terra. (KEEGAN, 1995: 393)

Observemos ainda o que disse o General Van Uhm, Chefe do Estado-Maior de Defesa dos Países Baixos:

Por que escolhi a arma como meu instrumento? (...) fui fisgado pelas histórias dos soldados Aliados - soldados que deixaram a segurança de seus lares e arriscaram suas vidas para libertar um país e um

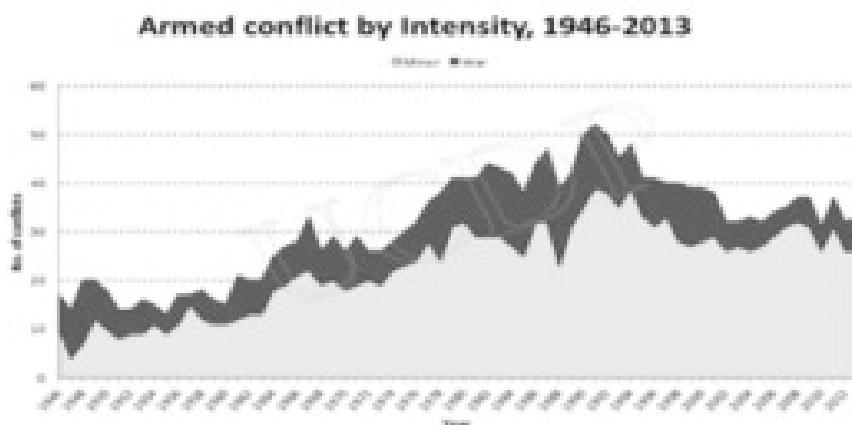
povo que não conheciam. (...) É a participação em missões para a paz que tem levado à solução de muitas guerras civis. Meus soldados usam a arma como um instrumento de paz. (...) Eles colocam suas vidas em risco, por nós, por vocês, e não podemos desampará-los. (...) Espero que respeitem meus soldados, este soldado com esta arma. Porque ele quer um mundo melhor. Porque ele faz uma contribuição ativa para um mundo melhor, como todos nós aqui hoje.³

Em um dos mais renomados centros de pesquisa sobre o assunto, o Programa de Dados Sobre Conflitos da Universidade de Uppsala (*Uppsala Conflict Data Program – UCDP*) coleta dados sobre violência armada desde 1946⁴. Na lista de definições no sítio desse programa de pesquisa, há uma classificação para tipos de conflitos armados baseados na figura do Estado (interestatais, intraestatais, intraestatais internacionalizados e extrassistêmicos), assim como também os conflitos não-estatais, que abrangeriam a utilização de força armada entre dois grupos armados organizados, nenhum dos quais governo ou estado. No caso dos conflitos armados sob a perspectiva dos estados, há ainda uma classificação para a sua intensidade como *minor* e *war*, dependendo se o número de fatalidades é menor ou maior que 1000/ano-calendário, respectivamente.



³ "Why I chose a gun". Disponível em: http://www.ted.com/talks/peter_van_uhm_why_i_chose_a_gun.html Acesso em: 17 Jul 2014.

⁴ *Conflict Data Program*. Disponível em: <http://www.ucdp.uu.se/> Acesso em: 17 Jul 2014



Fonte: www.pcr.uu.se

Depreendemos das tabelas acima que, considerando os critérios utilizados pela UCDP, há uma tendência histórica de preponderância de conflitos intraestatais e de baixa intensidade no número de baixas. Seguindo ainda a tipologia utilizada pelo programa de pesquisa, observemos o incremento do número de conflitos internacionalizados em relação ao interestatais, não havendo, até mesmo, a ocorrência desses em 2013. Entretanto, Rodrigues compreende que pensadores como Naím ou Kaldor nomeiam os conflituosos transnacionais como guerra, mesmo que não estejam inseridos em uma concepção clássica dos antagonismos interestatais.

Assim como a menção do termo *war* somente ser observada apenas uma vez no sítio da UCDP para caracterizar uma tipologia quanto à intensidade do conflito, no nosso entendimento há uma sutil, mas significativa tendência de afastamento do arcabouço jurídico internacional por parte dos governos. O Congresso dos Estados Unidos da América declarou guerra por onze vezes em sua história. Duas delas foram nas arquiteturas da 1ª Guerra Mundial (Alemanha e Império Austro-húngaro) e seis na 2ª (Japão, Alemanha, Itália, Bulgária, Hungria e Romênia)⁵. Observemos que, após 1945, os pronunciamentos dos presidentes estadunidenses ao congresso norte-americano mencionam o termo *war*, mas em contextos distintos daquele clássico clausewitziano.

⁵ Disponível em <http://www.senate.gov>. Acesso em: 17 Jul 2014

O Presidente Richard Nixon, em plena participação de forças norte-americanas no conflito do Vietnã nos anos 70, enviou uma mensagem ao congresso norte-americano, na qual identificou o abuso de drogas como o inimigo nº 1 dos Estados Unidos. Em seu pronunciamento de 17 de junho de 1971, o presidente, que conduziu a retirada das tropas estadunidenses em sua derrota contra os *vietcongs*, em uma guerra não declarada nos moldes do direito internacional, utilizou a expressão *war* para referir-se às ações contra esse inimigo

To wage an effective **war against heroin addiction**, we must have international cooperation. (...) **We have fought together in war**, we have worked together in hard times, and we have reached out to each other in division to close the gaps between our people and keep America whole" (Richard Nixon, 1974)⁶ (grifos nossos)

Por sua vez, o Presidente George W. Bush em seu pronunciamento para a nação americana após os eventos de 11 de setembro de 2001, apresentou uma indagação que, segundo ele, permeava a mente de todos os americanos: "*Who attacked our country?*" O presidente norte-americano identificou que as evidências indicavam uma organização terrorista denominada *Al Qaeda* e que os inimigos dos americanos eram os "*radical network terrorists*" Ao concluir sua fala ao congresso americano, Bush declarou que "*Our war on terror*" começava com a organização terrorista, mas também seria contra todo governo que os apoiasse. Observamos atores difusos, assim como reconhecidos e perfeitamente identificados, no evento que iniciou o século XXI em uma dinâmica internacional de conflitos:

Americans are asking: **How will we fight and win this war?** We will direct every resource at our command - every means of diplomacy, every tool of intelligence, every instrument of law enforcement, every financial influence, and every necessary weapon of war - to the disruption and **to the defeat of the global terror network**. (...) This war will not be like the war against Iraq a decade ago, with

⁶ Disponível em <http://www.senate.gov> . Acesso em: 17 Jul 2014

a decisive liberation of territory and a swift conclusion. It will not look like the air war above Kosovo two years ago, where no ground troops were used and not a single American was lost in combat.” (George W. Bush, 2001)⁷ (grifos nossos)

Visando dotar a China com atitude e procedimentos para se contrapor aos Estados Unidos em conflitos inseridos em contextos de inferioridade militar e que envolvesse meios com altos níveis tecnológicos, Liang e Xiangsui propõem que sejam empregadas táticas, que fugiriam dos aspectos tradicionais de combate, tais como a violação de sítios da internet e o ataque à instituições financeiras (LIANG e XIANGSUI, 1999: 2). No que tange à tecnologia, esses autores veem uma interdinâmica constante entre a sociedade e ela possibilitando, dessa forma, um campo de batalha que será onipresente e onidirecional.

Entendemos que o cerne das relações de poder não está mais apenas mantido no caráter físico da intenção de forçar um oponente a fazer a nossa vontade. Percebemos também que a questão do sentimento de pertencimento e identidade das pessoas, em um século tão densamente marcado pelas novas tecnologias de informação, é mais fluido e menos limitado às fronteiras físicas. Ao refletirem sobre uma micropolítica na rede tecnológica operada entre guerreiros e soldados *high tech*, Fonseca e Amador analisam que:

(...) mesmo alertando para os perigos de tais fronteiras transgredidas, destaca suas potencialidades para fazer uma política pelas fissuras indenitárias e por abalos nos fundamentalismos. Refletindo sobre o que define como Informática da Dominação – aquela instaurada com a mudança da sociedade industrial e orgânica para um sistema polimorfo, informacional em que as velhas dominações hierárquicas são substituídas por aparatos tecnológicos –, fala em uma cidadania do tipo ciborgue em contraposição às noções de público e

⁷ Disponível em <http://www.senate.gov> . Acesso em: 17 Jul 2014

privado. (...) Haraway chega a afirmar que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação são fundamentais para a erradicação da vida pública facilitando o florescimento de uma instituição militar *high-tech* permanente (...).os soldados, pertencem ao aparelho de Estado. Sua missão é institucionalizar, regradar, codificar, distribuir-se num espaço fechado, no espaço estriado do Estado. Enquanto na máquina de guerra, trava-se uma luta sem linha de combate, é pura estratégia; distribuir-se num espaço aberto, preservar a possibilidade de surgir em qualquer ponto. (...) Os guerreiros, em vez de afrontar o Estado, percorrem o Nomos; fazendo do Fora um território no espaço. Nômades, não se preocupam de territórios e sim com desterritorialização através da ruptura interna de seu território, renunciando a si próprio". (FONSECA e AMADOR, 2009: p.104 e 107)

Neste ponto da nossa reflexão, podemos, então, ultrapassar o paradigma causativo e um ponto de vista sequencial e diacrônico na vinculação entre a guerra, a política e os guerreiros, fundada politicamente nas consequências da Revolução Francesa, para identificarmos, na contemporaneidade da nossa modernidade ocidentalizada, um aspecto relacional e uma perspectiva concomitante para eles. Observemos que o contexto em que surgiram os aforismas clausewitizianos, ainda o final do século XVIII, tiveram seu ápice na primeira metade do século XX com o apogeu da expansão tecnológica da segunda revolução industrial, a culminância das ideologias nacionalistas e a formulação de concepções estratégicas de grandes recrutamentos para batalhas por recursos territoriais e segurança dos Estados-Nação.

Ao nos aproximarmos do final da centúria passada, percebemos que vários pensadores sobre a guerra questionaram-se sobre a primazia do viés *estatocêntrico* para a sua condução ou fontes de antagonismo, bem como inovações, tipologias e intensidades relativas a ela. O Estado ainda é ator primordial no cenário e direito internacionais, mas não detém, como verificamos mais intensamente a partir da segunda metade da centúria passada, a prerrogativa de

exclusividade das ações políticas, assim como de origem, motivação ou propósito de um fenômeno humano, como é o caso da guerra. Ele pode ser atacado em várias expressões do seu poder. Por sua vez, os guerreiros já não se identificam somente com uma bandeira, combatem exclusivamente contra ameaças externas e em arenas físicas, ou tão pouco lutam apenas por seus nacionais.

ASPECTOS SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA (PND) E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA (END)

Em 2004, a convite do nosso Ministério da Defesa, representantes de vários segmentos da sociedade se reuniram para refletirem sobre os desafios a serem enfrentados pelo Brasil na área de defesa e segurança. Eles tinham como propósito fornecer subsídios para a atuação do governo e estimular o estudo pela sociedade de assuntos referentes à essas áreas. Da leitura do primeiro volume da coletânea "*Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança*", verificamos que os debatedores, peculiarmente, não utilizaram nem mesmo o vocábulo conflito para identificar as ameaças à defesa nacional, preferindo utilizar "dimensões relevantes". Categorizaram-nas como militar, econômico-tecnológicas e de desestabilização provocada por agentes externos, sendo essas duas últimas as dimensões mais importantes no futuro. No nosso entendimento, haveria, nessa perspectiva, um afastamento para um contexto em que fosse possível construir uma estratégia de defesa sem a possibilidade de existir algo concreto como o combate, seja qual for a arena escolhida. Como ressaltado por Raymond Aron: "A estratégia não é nada sem o combate, pois o combate é matéria que ela serve, o meio que ela aplica" [ARON, 79: 1986]. Na nossa percepção, pensadores e o próprio Estado brasileiro temeriam em se referenciar àquilo que faz parte tanto da vertente filosófico-jurídica ou da histórico-política, segundo a análise foucaultiana sobre a guerra e dos discursos a respeito dela, à vista do observado nos vieses empregados por outras nações.

De acordo com o mencionado na coletânea,

No que se refere à **defesa**, houve consenso quanto a um importante aspecto do “núcleo duro” do conceito: a defesa, para os debatedores, abarca sempre **ações voltadas para ameaças de caráter externo**. A opinião majoritária é a de que o conceito se restringe a ações contra ameaças dessa natureza”. (PINTO *et al*, 2004: 231)

Observemos isso traduzido na PND, que centraliza a delimitação de seus objetivos ao ambiente de atuação do país a uma perspectiva precipuamente ao conflito entre Estados Nacionais, provavelmente em decorrência da propalada inserção e intensificação do papel do Brasil no ambiente internacional. Dessa forma, apuramos que há uma acentuada vertente clausewitziana embutida no atendimento de orientações de governo, “em particular à política externa brasileira” (BRASIL, 2013: 1), viés que é retratado na definição doutrinária de que guerra é:

Conflito no seu grau máximo de violência. Em função da magnitude do conflito, pode implicar a mobilização de todo o Poder Nacional, com predominância da expressão militar, para impor a vontade de um ator ao outro. 2. No sentido clássico, caracteriza um conflito, **normalmente entre Estados**, envolvendo o emprego de suas forças armadas. **Desencadeia-se de forma declarada e de acordo com o Direito Internacional**”. (BRASIL, 2007: 122) (grifos nossos)

Não verificamos uma percepção objetiva e abrangente para o crescimento das ameaças constituídas por organismos e instituições intraestatais ou difusas e de conflitos com baixa intensidade, afastando-se, no nosso entendimento, da tendência histórica observada a partir da segunda metade do século XX, como apontado pelos dados coletados pelo UCDP ou das novas perspectivas apontadas por Liang e Xiangsui.

Percebemos que isso reforçaria uma leitura de que, por falta de funcionalidade da solução diplomática para os novos tipos de ameaça, não teríamos a necessidade de questionamentos claros que

nos permitissem uma preparação atualizada para a defesa do país ante os “antigos” ou “novos” antagonistas nas diversas áreas do Poder Nacional. Acreditamos que devemos ter sempre em mente o milenar provérbio vegetiano: *Si vis pacem, para bellum*. Esse *bellum*, como apontaram Keegan e Foucault, antecederam a formação dos Estados Nacionais e as ações diplomáticas na arena em que eles passaram a atuar a partir do marco westfaliano, ou, como indicado por Bobbitt, poderão ter novos “uniformes”, a partir de inovações estratégicas e jurídicas ou alterações no próprio propósito dos Estados. E ademais, como “é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não enfrente antagonismos ao perseguir seus legítimos interesses” (BRASIL, 2013: 1), igualmente seria temerário minimizar que eles têm novas roupagens e que, assim sendo, não podem permanecer sem a previsibilidade de ações de defesa que estejam além da perspectiva formulada pelo pensador prussiano para um contexto de formação de Estados Nacionais, de auge da diplomacia e duma guerra total.

Entendemos que isso não indicaria uma possibilidade de ingerências em assuntos internos, mas a previsibilidade de eventos que necessitam ser considerados prospectivamente. Urge considerar uma faceta além dos paradigmas tradicionais de análise e causalidade para uma de transversalidade em relação às questões ambientais, mudanças climáticas e domínio de tecnologias que atinjam a capacidade estatal ou a autonomia nacional. À verticalidade da perspectiva causal e diacrônica de falência das ações políticas do estado como gênese da guerra, base de leituras com uma visão clausewitiziana, insere-se um prisma horizontal que aponta um aspecto relacional e simultâneo para campos e atores que permeiam as ações conflituosas que envolvem ou atingem os interesses do Estado no século XXI ou para o alcance dos efeitos desejados por ele.

Dessa forma, não se trata de ignorar que a preparação das Forças Armadas é, primordialmente, para o cumprimento de sua missão constitucional de defesa da pátria ante antagonistas estatais e de garantia da lei e da ordem, esta quando requisitada pelos poderes constituídos, tão pouco de propor um emprego precípua em ações subsidiárias, a fim de substituir outras instituições internas do Estado. Mas nos caberia refletir sobre os efeitos desejados para a defesa e se sua destinação precípua apontada na PND envolveria novos

paradigmas cognitivos e estratégicos, assim como conflitos contra guerreiros, que não mais vestem somente uniformes identificados com sua origem nacional ou estão cobertos pela atual ordem jurídica construída pela humanidade. Eles também atuarão em fronteiras que já estão além do espaço físico e em arenas que estão além da presencialidade de militares e do arcabouço jurídico dos diplomatas, demandando ações perenes de defesa para os interesses dos Estados, até mesmo os relativos aos mais cotidianos para os indivíduos e instituições que os compõem. O Estado sofre ameaças à sua soberania em suas mais básicas atribuições constitucionais ou legais advindas de atores que não são caracterizados somente por terem “território, povo, leis e governo próprios e independência nas relações externas” (BRASIL, 2013: 1). Entendemos que seria mister delinear, sob pena de formular-se estratégias substancialmente discursivas ou industriais, as ameaças e arenas referentes aos objetivos da PND, com um olhar que permitisse a preparação para os aspectos relacionais e simultâneos que a nossa contemporaneidade insere nelas, assim como a previsão de ações de defesa para todas as expressões do poder nacional que incorporem o viés prospectivo na sua concepção.

No que tange aos guerreiros, na PND, o marinheiro ou soldado conscrito é referenciado como alguém que, identificado como um integrante das Forças Armadas, contribui para a integração nacional. Entendemos que, nesse aspecto, haveria uma intensa relação com a personificação de cidadania para a construção de uma nacionalidade e não de uma formação profissional. Não haveria uma concepção para o militar, seja de que posto ou patente for, como principal profissional do Estado para a consecução das ações de sua defesa, bem que capacitações deveria possuir para agir nas “dimensões” identificadas ou, no nosso entendimento, na oposição às ameaças aos interesses desse mesmo Estado no contexto anárquico e conflituoso, que é, cada vez mais, a arena internacional ou transnacional.

Por sua vez, a publicação da END trouxe um inédito debate em âmbito mais abrangente da sociedade sobre os assuntos relativos à defesa do país. Nesse sentido, o documento acabou por tangenciar entre um papel de política e de estratégia. Seu foco são as ações estratégicas para a modernização da estrutura nacional para a área

com atuação em três eixos: a reorganização das Forças Armadas, a política de composição dos efetivos das Forças Armadas e a reorganização da industrial de material de defesa.

Na END, a política de composição dos efetivos militares está calcada na discussão do Serviço Militar Obrigatório e seu futuro, funcionando este como “espaço republicano, no qual possa a Nação encontrar-se acima das classes sociais” (BRASIL, 2008: 10). Não foi observada a menção sobre um direcionamento estratégico para a utilização de recursos humanos que estejam envolvidos nos três setores decisivos para a defesa nacional: o cibernético, o espacial e o nuclear. Restringe-se o documento a versar sobre o papel de formador de cidadãos e não das capacitações para enfrentar as ameaças nos setores priorizados.

Considerando que o país está afastado de guerras por conflitos territoriais desde o século XIX e resolveu questões fronteiriças, pela via diplomática, no início do século passado, percebemos uma forte e explícita relação da END com a estratégia nacional de desenvolvimento, sendo que “aquela fornece escudo para esta” (BRASIL, 2008: 8). Entendemos que isto indicaria uma construção contemporânea de sentimento de nacionalidade baseada em aspectos econômico-desenvolvimentistas e que, portanto, as ações para a defesa são concebidas no intuito de salvaguardar os interesses e a independência nessas áreas.

Nas diretrizes para a END observar-se-ia a ausência da perspectiva de uma utilização dos recursos humanos envolvidas nos três setores estratégicos. O dimensionamento visa a otimização dos recursos humanos para atendimento de propósitos em nível tático (Garantia da Lei e da Ordem e Operações de Paz) e a requisitos de monitoramento/controle, mobilidade e presença. Na estruturação de potenciais estratégicos em torno de capacidades, observamos que o planejamento é direcionado para os meios materiais e de conceitos doutrinários, mas que não estão alicerçados no contínuo aprimoramento dos recursos humanos para uma perspectiva das futuras arenas envolvidas nos três setores estratégicos, como a do *nomos* de Fonseca e Amador. Em relação à doutrina, não se trata de ocultar que permanecemos inseridos na perspectiva apontada por Foucault de um discurso histórico-político para as relações de poder centradas na figura do Estado-Nação indefectível e solitária nas

relações internacionais, mas de perceber as nuances presentes no nosso contexto. Como abordado por Bobbitt, verificamos que, na nossa contemporaneidade, a defesa da soberania nacional está alargada para além das possibilidades físicas do território. Entendemos que isso demandaria um Serviço Militar Obrigatório que atendesse a essa realidade e a futuras necessidades, assim como contribuísse para o atingimento em grau adequado do requisito estratégico da elasticidade e de espectros de capacitação mais amplos, como o industrial e militar, para os setores aeroespacial, cibernético e nuclear, previstos na própria END.

O incentivo a formação de recursos humanos para os três setores estratégicos pelo financiamento de programas de pesquisa e pós-graduação, previsto na END, necessitaria, a nosso ver, de uma perspectiva prospectiva e coordenada para as possibilidades de emprego tecnológico na área de defesa, assim como uma abordagem que não seja extemporânea à presença de novos atores e ameaças ao Estado.

A orientação para a diminuição de soldados profissionais em relação à proporção de recrutas e o estabelecimento de um interesse estratégico do Estado para a formação de especialistas civis em assuntos de defesa poderia ser complementada com a possibilidade de utilização de recursos humanos que possibilitassem a sua captação de forma qualificada, direcionada e seletiva para o atingimento dos projetos relativos aos setores estratégicos. Não se trata de discutir neste trabalho a adequabilidade do caráter obrigatório ou não do Serviço Militar, a criação de um Serviço Civil ou a necessidade de força de trabalho administrativa. Percebemos que aquela possibilidade contribuiria qualitativamente para um esforço otimizado, atualizado e complementar entre os vários setores disponíveis do poder nacional, a fim de assegurar o alcance do que a END explicita como base da defesa nacional: a recíproca identificação entre a Nação e suas Forças Armadas nos setores selecionados como estratégicos. Além da sinergia na condução da estratégia para defesa presente e futura de suas instituições e interesses, entendemos que essa perspectiva também convergiria para diminuir as vulnerabilidades apontadas na END quanto ao pouco envolvimento da sociedade brasileira com os assuntos de defesa; os limitados recursos, aqui ressaltados os relativos ao capital humano, aplicados em pesquisa científica e

tecnológica; e a inexistência de planejamento nacional para desenvolvimento de produtos de elevado conteúdo tecnológico. Estaríamos, dessa forma, delineando o *como* fazer.

Considerando ainda a perspectiva de Bobbitt sobre os novos atores, há apenas uma oportunidade vislumbrada para ser explorada visando minimizar as vulnerabilidades da atual estrutura de defesa do país que cita a existência de atores não-governamentais, em especial na região amazônica. Entendemos que, nessa perspectiva, permaneceríamos restritos ao espectro territorial para a análise cognitiva sobre as ameaças ao Estado. Considerando a doutrina da Escola Superior de Guerra, não há nem mesmo previsão de ameaças e planejamento para a defesa de expressões do poder nacional tais como a econômica e a de ciência e tecnologia, dentro de um contexto contemporâneo de possibilidades de neutralizar ou negar ao Estado as ações para o exercício de sua soberania em diversos graus de letalidade.

É necessário também, que reflitamos sobre a problematização realizada por Bobbitt sobre que sem uma "ideia clara dos perigos que enfrentaremos" [BOBBITT, 2003: 283] não há como perseguir uma Revolução de Assuntos Militares (RAM), apresentar uma estrutura de forças, nem estabelecer critérios para uma intervenção. Se tomarmos em consideração a problemática "ABC"⁸ desse autor, podemos entender que, para além do ponto de vista do discurso diplomático, é fundamental que vislumbremos concretamente e definidamente as ameaças constituídas por forças antagônicas estatais ou não, assim como definamos pragmática e objetivamente os efeitos desejados, os graus, a composição e para que missões, áreas e cenários as Forças Armadas devem ser distribuídas e preparadas, a fim de respaldar o poder do Estado brasileiro.

⁸A problemática ABC enunciada por Bobbitt é: os Estados Unidos deveriam concentrar em sobrepujar os potenciais concorrentes do seu nível, de modo a estender indefinidamente a posição de que ora desfruta de não ter rivais militares à sua altura? Ou deverá focar os Estados e conflitos capazes de ameaçar seus interesses vitais em teatros de tradicional importância, tais como a Europa, Leste Asiático e Golfo Pérsico? Seria possível reorganizar essa maneira de pensar, no sentido de conferir menos importância a conflitos como a Guerra do Golfo e mais a outros como o da Iugoslávia, bem como ameaças econômicas, ao desenvolvimento e de cunho não-tradicional, como o terrorismo e as enfermidades? Enfim, que perigos devem guiar as políticas americanas: A, B ou C?

A prática dos últimos eventos internacionais no país tem demonstrado que, de fato, as forças de defesa têm sido empregadas efetivamente pelo Estado nas ações nessas áreas. Além disso, o emprego em ações de caráter humanitário e de busca da paz, base filosófica do sistema coletivo de segurança internacional, marca acentuadamente a projeção dos Estados e a motivação de seus guerreiros, assim como mencionado pelo Van Uhm em seu discurso. Iniciativas como o Sistema de Segurança e Ajuda Humanitária Interamericano, para as Marinhas do continente, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e o Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas (SICOFAA) poderiam migrar de iniciativas isoladas para ações de defesa mais abrangentes e perenes em tempos de paz, bem como convergindo objetivamente para o entorno estratégico planejado na END.

Assim sendo, ressaltando-se o ineditismo da publicação da END e sua abertura para a participação da sociedade em assuntos de defesa, seria necessário avançar nas suas formulações metodológicas para alcançar as respostas de *como* atingir efeitos desejados para os objetivos previstos na PND. Nesse avanço é *sine qua non* planejar pragmaticamente o emprego de todas as expressões do poder nacional do Estado, bem como prospectar as ameaças a elas, externas ou internas, em contextos atualizados e com doutrinas que ensejem as novas arenas de guerra ou de conflito, assim como as oportunidades de atuação em segurança coletiva para a sua projeção política no cenário internacional. As estruturas em ambientes que estão além do caráter de um combate físico entre os guerreiros na disputa de um território demandam uma elaboração refinada e objetiva para a formação de recursos humanos relacionados aos setores estratégicos elegidos, assim como já está em curso para o setor industrial de material de defesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a formação dos Estados Nacionais, observa-se uma evolução histórica da interconexão entre a política e a guerra, assim como reflexões se esta seria um fenômeno político ou cultural. Com o fim do período das guerras mundiais da centúria passada, a perspectiva estatocêntrica, fundamentada cognitivamente no

arcabouço teórico formulado por Clausewitz, começou a ser complementada por reflexões que incluíram outros referenciais teóricos e “novos” tipos de conflitos envolvendo os Estados no cenário internacional. Não há necessariamente uma primazia da falência da ação política do Estado contra outro Estado como causadora do fenômeno da guerra e, na atualidade, a política, a guerra e os guerreiros possuem, mais do que uma dinâmica sequencial e diacrônica, uma perspectiva simultânea e relacional para as suas interconexões. As ameaças ao Estado estarão em campos de batalha onidirecionais e estão onipresentes em todos os seus campos de atuação.

O nacionalismo levou ao envolvimento de todas as estruturas disponíveis de um Estado, mas fez com que os conflitos se generalizassem e tomassem proporções cada vez maiores. Os soldados não continuam só lutando por seu país e morrendo por seus amigos. As motivações que os levam a se sacrificarem variam conforme o contexto histórico em que estão inseridos e são difíceis de serem precisadas. Nosso mundo de redes virtuais e presença tecnológica cada vez mais intensa trazem diferentes necessidades cognitivas para que o guerreiro possa atuar em novas arenas de combate, de modo a aniquilar seus inimigos, presenciais ou não, em conflitos que não possuem necessariamente as mesmas intensidades e tipologias dos que ocorreram até a primeira metade do século XX.

O Brasil ingressou no século XXI com o ineditismo da publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END). Contudo, tanto a END como a Política Nacional de Defesa (PND) demandam um avanço nas suas formulações metodológicas e arcabouços teóricos que expressem objetivos precisos com efeitos desejados claros e permitam um planejamento pragmático sobre como empregar, articulada e objetivamente, todas as expressões do poder nacional, frente às ameaças contemporâneas à defesa do Estado e em arenas que sobrepõem o paradigma territorial. É necessária uma formulação refinada e objetiva para a formação dos guerreiros brasileiros, mormente a relacionada aos setores estratégicos elegidos, de modo a prepará-los para combates que estão além do caráter físico e contra inimigos que não necessariamente vestem uniformes ou empunham bandeiras.

Dessa forma, é de fundamental importância continuar refletindo sobre a atualidade dos preceitos contidos nas estratégias de emprego do poder militar e as transformações históricas nos aspectos conceituais sobre a interação entre a política, a guerra e os guerreiros, a fim de possuir documentos doutrinários contextualizados com a nossa contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, B. *"Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo"*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARON, R. *"Pensar a guerra, Clausewitz: a era europeia"*. Brasília: UnB, 1986.

BOBBIT, P. *"A Guerra e a Paz na História Moderna – o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações"*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BRASIL.. *"Estratégia Nacional de Defesa"*, 2008, 2.ed.

_____. *"Glossário das Forças Armadas – MD35-G-01"*. 4.ed. Brasília: Ministério da Defesa 2007.

_____. *"Manual Básico: Elementos Fundamentais"*. Rio de Janeiro: ESG, 2011.

_____. *"Política Nacional de Defesa"*, 2013

CASTELLS, M. *"Fim de Milênio – A era da informação: economia, sociedade e cultura."* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOMSKY, N. *"Contendo a democracia"*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CLAUSEWITZ, C. *"Da Guerra"*. São Paulo: Martins Pontes, 1979.

_____. 1984. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgFDYAL/guerra-carl-von-clausewitz>. Acesso em: 17 Jul 2014.

FONSECA, T e AMADOR F. *"Por máquinas de guerra em tempos de militarização high-tech"*. Rio de Janeiro: Fractal – Revista de Psicologia, vol . 21, Jan – Abr 2009.

FOUCAULT, M. *"Il faut défendre la société"*. Paris: Le Foucault Eletronic, 2002

GARCIA, F.P. *"O fenômeno da guerra no nosso século"*. Lisboa: Revista de Relações Internacionais, nº 22, 2009.

KEEGAN, J. "*Uma história da guerra*". São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIANG, Q. e XIANGSUI W. "*A guerra além dos limites: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização*". Pequim: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999.

PINTO, J.R.A., ROCHA, A.J.R. e SILVA, R.D.P. (orgs) "*Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*". Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

RODRIGUES, T. "*A guerra além do estado*". Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5204/3737> Acesso em: 17 Jul 2014

SOUZA, P., QUADRADO, B., KREUZ, D., MONTEIRO, U., VIEIRA A. "*Guerra: um fenômeno político ou um fenômeno cultural?*". Pelotas: UFP - XIX CIC / XII ENPOS, 2010.